



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
MOÇAMBIQUE



# 07

2012

## Distrito de Mabalane



# RASTREANDO A DESPESA DE 2011

Índice

- I. Investimento Realizado pelo Governo Distrital no Distrito
- II. Investimento Realizado pelo Governo Provincial / Central no Distrito
- III. Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

- Fundo de Investimento Distrital
- Fundo Distrital de Desenvolvimento
- Fundo de Apoio Directo às Escolas
- Fundo de Estradas
- Investimento Realizado pelo Governo Provincial / Central

## DISTRITO DE MABALANE

O Distrito de Mabalane situa-se a Norte da província de Gaza, possuindo uma superfície de 8.922km<sup>2</sup> e uma população de 32.067 habitantes (Censo 2007). O Distrito está dividido em 3 postos administrativos: Mabalane-sede, Combomune e Ntlavene.

### I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o Distrito de Mabalane teve um orçamento de 16.100.820,00Mt para as despesas de investimento (tabela 1).

**Tabela 1.** Orçamento alocado para as despesas de investimento para o distrito de Mabalane em 2011.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	5.777.490,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	7.492.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	1.581.330,00
Fundo de Estradas	1.250.000,00
<b>Total</b>	<b>16.100.820,00</b>

Fonte: Lei n.º9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto<sup>1</sup>

### 1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi investido nas realizações que constam da tabela 2.

**Tabela 2.** Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

Infra-estrutura	Valor realizado
Reabilitação da Residência Oficial do Administrador e da Casa de Hóspedes	554.149,89
Reabilitação da residência do chefe do Posto Administrativo de Combomune	1.365.905,11

<sup>1</sup> A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho, altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Construção da casa do Chefe do P/A de Ntlavene	377.354,32
Reabilitação da Tribuna da Vila-sede	7.380,00
Manutenção das pistas de aterragem em Combomune e Mabalane	115.066,00
Mão-de-obra para a reabilitação de 3 residências para funcionários	24.000,00
Electrificação dos locais da visita presidencial	4.800,00
Feitura de dísticos	3.000,00
Aquisição de material de construção diverso	202.404,68
Montagem de aparelho de ar condicionado	25.430,00
Aquisição de duas motorizadas	300.700,02
Aquisição de 4 bandeiras nacionais	5.600,00
Aquisição de 4 quadros do Presidente	10.000,00
Aquisição de uma coroa de flores	5.000,00
Aquisição de uma máquina fotográfica digital	14.990,00
Aquisição de 3 martelos de mesa de sessões	2.713,00
Aquisição de tonner	2.580,00
Aquisição de 2 pastas de projectos	120,00
Instalação de sistemas de redes	23.225,00
Reparação de computadores	70.000,00
Aquisição de material de escritório e mobiliário	1.830.072,00
<b>Total</b>	<b>4.944.490,02</b>

Fonte: SDPI e secretaria distrital de Mabalane.

A diferença entre o valor disponível, de acordo com o OE e o valor utilizado pelo Governo do Distrito de Mabalane é de 833.000,00Mt, quantia que, segundo o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas não foi disponibilizada ao Distrito, apesar de ter sido alocada a partir da Lei do Orçamento do Estado revisto.

## ***Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011***

### ***Actividades em curso***

- Reabilitação de 3 residências de funcionários.

### ***Actividades concluídas***

Todas excepto a actividade acima mencionada como estando em curso.

Em termos de alinhamento das actividades realizadas com o PESOD, constatou-se que, da lista acima apresentada, apenas duas actividades, designadamente, a reabilitação da Residência Oficial do Administrador e a reabilitação da residência do Chefe do Posto Administrativo de Combomune constavam do PESOD de 2011. As restantes actividades não constavam. Portanto, o PESOD foi elaborado e existe mas foi posto de lado para se realizarem actividades, alegadamente de emergência, para se acomodar o Presidente da República e seu elenco. As principais actividades constantes do PESOD eram: Construção do edifício do SDPI; Construção da residência para o Secretário Permanente Distrital; Conclusão de algumas repartições da Secretaria Distrital; Reabilitação de 20 km de vias de terra batida e obras de arte; Conclusão e reabilitação de 2 pontecas; Reparação de 12 furos de água; Abertura de 20 furos de água; Identificação e construção de lixeiras comunitárias e o seu respectivo tratamento.

Como se pode depreender, a não realização destas actividades prejudicou a população e atrasou os esforços do combate à pobreza neste Distrito.

A Secretaria Distrital justificou as despesas com facturas e recibos dos montantes gastos na execução dos empreendimentos. Todavia, apesar de ter reivindicado que tinha documentos contratuais celebrados com os empreiteiros, até ao último dia da realização do trabalho de campo, não exibiram nada que confirmasse a existência de tais contratos.

### ***Avaliação quantitativa das realizações***

Dos 5.777.490,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 4.944.490,00 foram utilizados pelo Governo do Distrito de Mabalane, o que representa 85,58%. Os restantes 833.000,00Mt não foram disponibilizados, apesar de terem sido alocados a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto, o que representa 14,42%. Do valor efectivamente gasto, 434.928.02Mt foram desviados para aquisição de meios circulantes, tonners, máquinas fotográficas, reparação de computadores, entre outras. É

de frisar que, durante a realização do trabalho de campo, verificou-se uma inconsistência entre a informação fornecida pelo Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas - SDPI e a Secretaria Distrital. É que, de acordo com a informação fornecida pelo SDPI o distrito gastou 5.263.767,47Mt e o sector da contabilidade da Secretaria Distrital demonstrou, através de justificativos, o montante de 4.944.490,00Mt. Estas discrepâncias verificadas na informação fornecida podem estar associadas à falta de observância da Lei de Procurement<sup>2</sup>, dado que nenhum dos empreendimentos realizados no âmbito do FID, em 2011, tinha documento contratual.

Ainda no âmbito do FID, o trabalho de campo constatou que há outras obras que foram levadas a cabo, no âmbito da visita presidencial, mas que não tinham financiamento para o seu pagamento. Daí o Distrito ter contraído dívidas, supostamente a serem liquidadas utilizando o orçamento alocado para o exercício do ano económico de 2012. Trata-se das construções da Tribuna para comícios e do Palco, a céu aberto, no Posto Administrativo de Combomune orçadas no valor de 606.918,96Mt e 310.330,20Mt, respectivamente. Facto curioso é que, à semelhança dos outros empreendimentos que foram levados a cabo pelo Governo do Distrito de Mabalane, a realização destas obras não observou um processo claro de procurement dado que não havia nenhum documento contratual. Agora a questão que ficou sem resposta é: Qual será a base para a liquidação destas dívidas, dado que não existe nenhum documento contratual que sustente a sua execução?

### **Avaliação qualitativa**

No geral, as obras que beneficiaram de reabilitação e/ou construção de raiz apresentavam problemas de falta de qualidade: infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira e atrasos na sua conclusão. A baixa qualidade das obras pode estar associada a vários factores, dentre os quais se podem destacar a falta de honestidade dos empreiteiros, a falta de observância do processo de *procurement*, a falta de fiscalização das obras, os desvios de aplicação verificados no âmbito de gestão deste Fundo, a exiguidade do Fundo disponível, os desembolsos tardios e a execução de obras, às pressas, nas vésperas da visita presidencial. A Residência Oficial do Administrador e a Casa de Hóspedes, embora obras recentemente reabilitadas, já apresentavam problemas de infiltração de água das chuvas. A residência do Chefe do Posto Administrativo de Combomune apresentava rachas nas paredes e defeitos na porta. As três residências dos funcionários, recentemente reabilitadas, apresentavam paredes em estado avançado de degradação. As duas pistas de aterragem, que tiveram limpeza, já se encontram novamente cobertas de capim.

---

<sup>2</sup> Decreto 15/2010, de 24 de Maio (Novo Regulamento de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado)



Fig. 1 Infiltração na Casa de Hóspedes



Fig. 2 Uma das residências dos funcionários

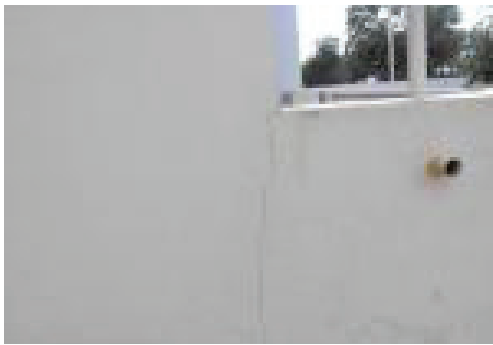


Fig. 3 Racha na parede de Combomune

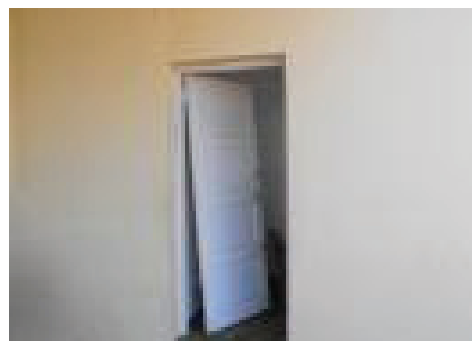


Fig. 4 Defeito na porta de Combomune

Fonte: Equipa de Monitoria – 3 a 5/04/2012

### ***Ponto de situação das actividades de 2010 que estavam em curso em 2011***

As actividades que se encontravam em curso no exercício de rastreio realizado em 2011 são as seguintes:

- Construção de uma residência para o Chefe do Posto Administrativo de Ntlavene;
- Construção do edifício da Secretaria do Posto Administrativo de Combomune.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que, a construção da Secretaria do Posto Administrativo de Combomune já foi concluída, mas a construção da residência do Chefe do Posto Administrativo de Ntlavene encontrava-se paralisada. Aliás, no primeiro exercício, a equipa referenciou que a residência para o Chefe do Posto Administrativo de Ntlavene, não foi visitada, devido ao alto nível do caudal do Rio Limpopo e à indisponibilidade de barcos para a travessia para a outra margem

do rio, o que contribuiu para não se apurar a situação real dos trabalhos levados a cabo naquele empreendimento. Neste segundo exercício, foi possível atravessar o rio, num barco a remos, e a equipa percorreu cerca de 2 km a pé para chegar no local onde o empreendimento estava a ser erguido.

O trabalho de campo, constatou que a construção daquele edifício se encontrava paralisada desde Dezembro de 2010, o que significa que, mesmo no ano passado, os trabalhos já se encontravam paralisados. Um facto curioso é que para além dos 1.553.854,32Mt que a obra consumiu em 2010, em 2011 consumiu novamente 377.354,32Mt mesmo com a obra paralisada. Em termos qualitativos, a Secretaria do Posto Administrativo de Combomune apresentou-se com um bom aspecto de qualidade, mas, à semelhança dos outros empreendimentos levados a cabo no âmbito do FID, tanto a Secretaria quanto a residência apresentavam problemas de rachas nas paredes, defeitos nas janelas e alguma infiltração de água das chuvas, que escorria pela parede. É de salientar que, em Combomune, houve uma tentativa de correcção das rachas, pelo empreiteiro, mas foi sem sucesso.



Fig. 5 Racha na parede de Combomune



Fig. 6 Racha na parede de Ntlavene



Fig. 7 Obra abandonada em Ntlavene

Fonte: Equipa de Monitoria – 03/04/2012

## Análise comparativa entre 2010 e 2011

Não há nenhuma tendência de melhorias no desempenho do Governo Distrital de Mabalane, no âmbito da execução do FID, tendo em conta os dois anos em análise. Apesar de, em 2011, ter havido 87,5% de actividades concluídas, contra 33,3% do FID de 2010, e 12,7% de actividades em curso contra 66,67% de 2010. Não houve melhorias no que tange aos outros factores tomados em consideração na análise. Em termos de alinhamento das realizações com o PESOD, em 2011 apenas 8,3% constavam do PESOD contra 100% em 2010. Em 2011, verificaram-se casos de desvios de aplicação de fundo na ordem dos 8,8%, para custear despesas tais como a aquisição de meios circulantes, tonners, máquinas fotográficas, reparação de computadores, entre outras, facto que não aconteceu em 2010. Em termos de qualidade das realizações, levadas a cabo no âmbito do FID, não foi possível fazer uma aferição minuciosa em 2010, pois, os empreendimentos

ainda se encontravam em curso. Porém, importa referir que, em 2011, se verificou o problema da falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, infiltração de água das chuvas, baixa qualidade da madeira e atraso na conclusão das obras.

## 1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Mabalane teve um orçamento de 7.492.000,00Mt para financiar projectos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. O valor recebido foi distribuído pelos 3 postos administrativos: Mabalane-sede no valor de 2.664.023,00Mt, o que representa 35,56%, Combomune no valor de 2.405.220,00Mt o que representa 32,1% e Ntlavene no valor de 2.422.757,00Mt o que representa 32,34%.

Dos 81 projectos aprovados e financiados, 16 são de produção de comida, o que representa 19,75%, 34 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 41,98% e 31 são de fomento pecuário, o que representa 38,27%. Em termos financeiros, o valor recebido foi distribuído pelos projectos sendo, 3.095.352,00Mt para produção de comida, o que representa 41,32%, 2.906.647,00Mt para geração de rendimento e emprego, o que representa 38,8% e 1.490.001,00Mt para o fomento pecuário, o que representa 19,89%. Do total dos projectos aprovados, 22 beneficiaram mulheres, o que representa 27,16%, 57 beneficiaram homens, o que representa 70,37% e 2 beneficiaram associações, o que representa 2,47%. Financeiramente, do valor financiado aos projectos apenas 1.679.742,00Mt beneficiaram mulheres, o que representa 22,42%, 5.546.016,00Mt beneficiaram homens, o que representa 74,03% e 266.242,00Mt beneficiaram associações, o que representa 3,55%.

Do trabalho de campo realizado, no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), verificou-se que: i) *Todos os processos dos mutuários tinham contratos devidamente assinados, carimbados e tinham, em anexo, os projectos desenhados pelos mutuários, o que constitui um passo bastante positivo; ii) Não há registo da distribuição dos projectos pelas localidades pelo que não há clareza sobre se os projectos financiados beneficiaram os mutuários provenientes de todas as localidades ou não; iii) Cerca de 20% dos projectos, aprovados e financiados com montantes altos, beneficiaram membros dos Conselhos Consultivos e funcionários públicos<sup>3</sup>, pessoas que podem facilmente influenciar o processo de aprovação dos projectos ou, através de outros meios, ter acesso ao crédito bancário; iv) Há desequilíbrio de género na medida em que apenas 22,42% dos projectos financiados beneficiaram mulheres; v) Nos processos dos mutuários não está anexado o plano de amortização. Dai não ficar claro o período de devolução do valor nem o montante a ser devolvido em cada prestação; vi) Há alguns mutuários que não possuem nenhum documento legal, na sua posse, pois os duplicados dos contratos ainda estão confinados na Secretaria Distrital.*

3 Os funcionários públicos destacados são agentes da PRM, directores de escolas, professores, chefes dos postos administrativos e funcionários dos serviços/secretarias distritais.



A título de exemplos, o projecto de processamento de carne, no Posto Administrativo de Mabalane-sede, financiado no montante de 300.000,00Mt, beneficiou um membro da PRM. Os projectos de venda de vestuário e criação de gado bovino, em Combomune-Estação, financiados com 30.000,00Mt e 70.000,00Mt, respectivamente, beneficiaram funcionários públicos. Os projectos de comércio, em Macarale, financiado no valor de 95.573,00Mt, e de fabrico de blocos em Combomune-Estação, financiado no valor de 100.000,00Mt, beneficiaram membros dos Conselhos Consultivos.

## Análise comparativa do FDD 2010 e 2011

Em termos comparativos, verifica-se que houve melhorias na gestão do FDD nos dois anos em análise, pois todos os mutuários possuíam contratos devidamente assinados, carimbados e tinham como anexo o projecto desenhado pelos mutuários. Porém, persiste a falta de clareza do financiamento aos projectos por localidades, dado o facto de os projetos estarem distribuídos por postos administrativos e não por localidades. No que diz respeito à questão do equilíbrio de género, persiste o problema do desequilíbrio, na medida em que 74,03% dos projectos aprovados e financiados, em 2011, beneficiaram homens, contra 71,76% em 2010. Em termos de distribuição do financiamento por tipo de projectos (produção de comida, geração de rendimento e emprego e fomento pecuário) verificou-se um fraco apoio aos projectos de produção de comida, pois, em 2011, apenas 19,75% dos projectos, aprovados e financiados, foram para produção de comida, contra 25,88% em 2010. Nos dois anos em análise verificou-se que há muitos projectos que beneficiaram funcionários públicos e membros dos Conselhos Consultivos Locais, pessoas que podem facilmente influenciar o processo de aprovação dos projectos ou que podem, através de outros meios, ter acesso ao crédito bancário.

## Atenção Ministério da Educação

### Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011 o Distrito de Mabalane recebeu um total de 1.581.330,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 745.100,00Mt na 14ª fase e 836.230,00Mt na 15ª fase. O programa ADE surge no âmbito dos esforços do Governo que têm em vista promover a descentralização e a qualidade do ensino. A utilização deste Fundo obedece a duas modalidades: a aquisição baseada na lista do material elegível, definido pelo MINED, e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos, e autoriza-se o uso de 10%

na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste Fundo plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício, aferiu a transparência no processo de gestão do Fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades no processo.

O trabalho de campo visitou 6 escolas e verificou que: i) *Todas as escolas visitadas referiram que tinham comissões de compra e aquisição, devidamente montadas, e que, durante o ano de 2011, receberam visitas dos respectivos coordenadores das ZIPs;* ii) *Os coordenadores das ZIPs queixaram-se do não pagamento do valor das deslocações, para visitas às escolas, no âmbito do ADE;* iii) *Apenas 1 das 6 escolas afixava, em local de acesso público, o valor recebido e a relação do material adquirido; 2 afixavam apenas a nota de encomenda do material; 1 afixava apenas o valor recebido e 3 não afixavam nenhum documento violando, desta forma, a recomendação do MINED<sup>4</sup>;* iv) *Das escolas visitadas apenas 1 apresentava o mapa das despesas realizadas ao critério da escola. As restantes não apresentavam;* v) *Das escolas visitadas, metade ultrapassaram o limite fixado pelo MINED de 15% para a aquisição do material ao critério da escola;* vi) *Apenas 2 escolas não possuíam listas de distribuição do material aos alunos. As restantes escolas possuíam listas embora em muitos casos verificados não estivessem devidamente assinadas e com material distribuído quantificado;* vii) *Há 1 escola que não distribuiu nenhum material aos alunos nas duas fases em análise, o que mostra que não contribuiu para a promoção da manutenção/adesão dos alunos nas escolas;* viii) *Todas as escolas possuíam declarações do valor utilizado nas despesas de deslocação e transporte do material para as escolas, mas as mesmas estavam em nome dos respectivos directores e não dos provedores de serviços. Daí que algumas escolas gastavam cerca de 10% do valor nas despesas de deslocação e transporte do material e iv) Algumas escolas adulteravam a lista do material elegível, fornecida pelo MINED, colocando dentro da lista o material ao seu critério.*

A título de exemplo, O Director da EPC Nhimba Yinwe “B”, e coordenador da ZIP, referiu que, em 2011, apenas visitou 2 das 6 escolas pertencentes à sua ZIP, porque o valor alocado para as visitas não é pago pelo SDEJT. A EPC de Ndhangué gastou 6.535,63Mt em despesas de deslocação e transporte, na 14<sup>a</sup> fase, e 7.609,17Mt, na 15<sup>a</sup> fase, cerca de 10% do valor alocado para esta escola. Informação recolhida no terreno, revelou que, na prática, a EPC de Ndhangué não gastou todo aquele valor no transporte, mas, como já havia atingido 15% do valor nas despesas feitas ao critério da escola, preferiu incluir as outras despesas excedentes na rubrica sobre deslocações e transporte. As EPCs de

---

4 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, salas de professores, bibliotecas e/ou noutros locais, de acordo com as condições da escola, o valor recebido, a relação do material adquirido e os mapas de distribuição do material, entre outras informações.

Nhimba Yinwe “B” e Matidze gastaram mais de 15% nas despesas referentes à aquisição livre ao critério da escola na 15ª fase, sendo 22,8% e 26%, respectivamente. A EPC de Chiunguana gastou 27,14%, na 14ª fase, na aquisição de material não elegível e nem reportou como outras despesas. As EPCs de Chiunguana e Combomune-Estação não possuíam listas de distribuição do material aos alunos.

No concernente à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os directores visitados referiram que, apesar do Fundo ajudar positivamente na melhoria da qualidade do ensino, o material comprado não satisfaz cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que, para além de ser exíguo, 85% do Fundo devem ser investidos na aquisição do material definido pelo MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola<sup>5</sup>, pelo que, no entender de muitos directores, esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20 a 30%. Ainda no âmbito da avaliação da satisfação, os coordenadores da ZIP reclamaram que não recebiam o valor das deslocações para as visitas às escolas, no âmbito do ADE. Daí que, muitas vezes, optavam por não efectuar visitas.

## **Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação**

### **Fundo de Estradas**

Em 2011 o Distrito de Mabalane recebeu um total de 1.250.000,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Este valor foi referenciado como tendo sido investido na reabilitação da estrada no troço Combomune-Estação/Jasse.

O trabalho de campo constatou que a reabilitação da estrada não aconteceu, apesar de já terem sido pagos ao empreiteiro 625.000,00Mt, o equivalente a 50% do valor celebrado no contrato. O troço continua com os mesmos problemas que a referida intervenção pretendia resolver. Aliás, este é o segundo ano consecutivo que o Distrito não realiza nenhuma actividade no que concerne ao melhoramento de vias de acesso. No primeiro exercício foi reportado o desembolso tardio do Fundo como motivo para a não realização de nenhuma actividade e, neste segundo exercício, foi reportada a falta de uma comunicação harmoniosa entre os Governos, distrital e provincial, como motivo para a não realização das actividades.

<sup>5</sup> Os 15% são, na maioria dos casos, investidos na aquisição de chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas e algumas residências dos professores.

## Reacção do Governo Distrital às constatações da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, o Sr. Luís Sumbane, Administrador do Distrito de Mabalane referiu que o trabalho de monitoria das actividades levadas a cabo pelo Governo constitui uma escola para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Comentado sobre o Fundo de Investimento Distrital – FID, disse que os desvios de aplicação verificados deveram-se à visita presidencial que o Distrito recebeu em 2011. Ainda neste âmbito, reivindicou que os contratos das obras existiam na Secretaria Distrital, para além de que era através dos mesmos que as Finanças efectuavam o pagamento aos empreiteiros. Facto curioso é que os tais contratos não foram localizados até a retirada da equipa do Distrito.

*“... No âmbito da visita presidencial, que recebemos no ano passado, muitas actividades foram realizadas e algumas não foram pagas. A construção da Tribuna de Comícios e do Palco, no Posto Administrativo de Combomune, não estava planificada. Inicialmente recebemos a comunicação de que tínhamos um palco móvel, mas, à última hora, recebemos orientação de alto nível a dizer que devíamos construir um palco porque o Presidente havia de sair de Bilene para Mabalane e não haveria tempo suficiente para a movimentação do palco móvel. Mas não alocaram nenhum orçamento para o efeito e acabámos contraindo uma dívida. Na obra de Ntlavene foi investido parte do orçamento de 2011 e não se fez nada por motivo que nós não sabemos. Agora não podemos dar um esclarecimento satisfatório e, se calhar, o empreiteiro é quem devia dizer os motivos da paralisação do trabalho. A questão dos contratos deve ser revista porque eles existem aqui na Secretaria e estão assinados. As Finanças não pagam aos empreiteiros se não tiverem contratos. Por isso têm que se voltar a trabalhar neste assunto”* explicou.

Comentando sobre o Fundo Distrital de Desenvolvimento – FDD, disse que a aprovação dos projectos a serem financiados começa ao nível dos Conselhos Consultivos das localidades passando pelos postos administrativos até chegar-se ao Conselho Consultivo Distrital. Daí que, nos próximos anos, vai-se garantir a repartição dos projectos pelas localidades, exercício que ainda não é feito pelo Governo do Distrito de Mabalane. Quanto ao financiamento aos projectos pertencentes aos membros dos Conselhos Consultivos e funcionários públicos, referiu que isso acontece porque, no regulamento que rege este Fundo, não está especificado que eles não devem ser financiados, para além de eles também fazerem parte da sociedade.

O Director do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, o Sr. Ângelo Machatine, na sua intervenção referiu que os problemas identificados no sector que ele dirige não resultavam da vontade do Governo Distrital. Comentando sobre o FID, disse que todas as obras levadas a cabo foram de emergência, no âmbito da visita presidencial, e admitiu que algumas não tinham contratos, mas sim mapas de quantidades.

*“... Todas as obras de 2011 foram de emergência. Por isso não têm contratos. Mas, pelo*

menos, há mapas de quantidades. Sabe-se que, sem nenhum documento, as Finanças não efectuam o pagamento. Os processos acima de um milhão não são pagas pelas Finanças se não tiverem contratos celebrados” disse.

Comentando sobre o Fundo de Estradas disse que os problemas identificados resultam do actual figurino da gestão deste Fundo dado que o distrito apenas é responsável pela execução, mas o pagamento aos empreiteiros é da responsabilidade do nível central. O que, em muitos casos verificados, resulta na disponibilização tardia do Fundo.

“... Praticamente a descentralização do Fundo de Estradas não existe nos distritos e nem estão na província. O Fundo de Estradas fica disponível muito tarde e há falta de uma comunicação harmoniosa entre o Distrito e a Província. Em 2011, por exemplo, nós adjudicámos a obra a um empreiteiro, preparámos todo o expediente e enviámos para a Província. Mais tarde a Província contactou o empreiteiro e pagaram-lhe a metade do valor sem o nosso consentimento. Nós tivemos conhecimento de que o empreiteiro já havia recebido parte do valor um mês depois de ele ter sido pago” esclareceu.

Comentando sobre a construção de fontes de abastecimento de água disse que o processo de *procurement* foi levado a cabo ao nível provincial e o empreiteiro não honrou o seu compromisso. O tal empreiteiro, para além de lhe terem sido adjudicados os 20 furos de Mabalane, era também responsável pela construção de igual número de furos em Xicualacuala. Mas, devido à sua falta de honestidade, culminou-se com a rescisão do contrato.

O Director Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, o Sr. Ernesto Francisco, referiu que todas as constatações verificadas no sector que dirige seriam tomadas em consideração, no sentido de os problemas serem ultrapassados. Comentando sobre os coordenadores das ZIPs, que se queixaram do não recebimento do valor alocado para as visitas às escolas, disse que se tratava dum assunto a ser aprofundado junto do seu gestor financeiro porque, segundo ele, os coordenadores, para além de receberem cheques, para a aquisição do material escolar, como directores de escolas, num outro dia recebem cheques para a realização das visitas às escolas segundo os montantes alocados nos manuais de procedimentos.

O Chefe de Planificação da Secretaria Distrital, que ao mesmo tempo exerce o cargo de Director da Escola Secundária de Mabalane, o Sr. Inácio Tomé, na sua intervenção, acrescentou que os problemas verificados no processo de gestão do ADE estão, cada vez mais, a serem ultrapassados. Daí verificarem-se algumas melhorias nos últimos anos. Comentando sobre a EPC de Combomune-Estação, que nas últimas fases não distribuiu nenhum material aos alunos visados, disse que isso podia estar associado ao facto de, nos últimos tempos, a escola ter recebido cerca de metade do valor que vinha recebendo nas fases anteriores. Ainda neste âmbito, disse que a EPC de Combomune-Estação era uma das escolas com um dos maiores efectivos de alunos no Distrito, mas, para espanto de

todos, recebe valores muito inferiores a algumas escolas com menor número ou número aproximado de alunos. Para terminar disse que este facto foi comunicado à Direcção Provincial de Educação e Cultura de Gaza para a sua provável correção.

## II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção à falta de clareza sobre os investimentos realizados pelos Governos Provincial e Central, dado o facto de todos serem canalizados para os distritos por via do Governo Provincial. Foi neste contexto que, neste segundo exercício, se optou por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

Infraestrutura	Valor alocado
Construção de 20 fontes de abastecimento de água	20.000.000,00
Construção de 3 residências para os funcionários do sector da saúde na Vila-sede	4.625.000,00
Construção do pequeno sistema de abastecimento de água	72.774.840,00
<b>Total</b>	<b>97.399.840,00</b>

**Fonte:** SDPI

### *Actividade não realizada*

- Construção de 20 fontes de abastecimento de água.

### *Actividade em Curso*

- Construção do pequeno sistema de abastecimento de água.

### *Actividade concluída*

- Construção de 3 residências para os funcionários do sector da saúde na Vila-sede.

Em termos qualitativos, as três casas de saúde eram, em geral, infra-estruturas de boa qualidade. Porém, apesar destes empreendimentos terem apresentado paredes consistentes, apresentavam falta de qualidade no soalho dado que se verificavam algumas fissuras. Outros problemas identificados estavam associados às rachas verificadas no muro da vedação das residências e lâmpadas queimadas devido ao problema de infiltração de água.



Fig. 8 Racha no soalho



Fig. 9 Racha no muro da vedação



Fig. 10 Lâmpada queimada

Fonte: Equipa de Monitoria – 04/04/2012

### III. ASPECTOS DE CONTROLO INTERNO NA SECRETARIA DISTRITAL

O Conselho Consultivo Distrital de Mabalane é composto por 50 membros, representantes de todas as localidades. Destes, 36 são homens e 14 são mulheres. Em 2011, o CCD reuniu-se 2 vezes, em sessões ordinárias, e 2 vezes, em sessões extraordinárias. No dia 21 de Setembro de 2011, o Conselho Consultivo Distrital realizou a reunião do balanço do PESOD para o primeiro semestre, mas não realizou a sessão do Balanço Anual do PESOD. O Governo Distrital de Mabalane justificou a realização dessas sessões através de actas produzidas. Porém, há que destacar que as duas actas das sessões extraordinárias não estavam assinadas.

Em 2011, o Governo do Distrito de Mabalane foi inspeccionado 2 vezes pelas seguintes instituições: Secretaria Provincial e Ministério de Administração Estatal. No que concerne aos contratos, foi preparado apenas 1 contrato na área de estradas, mas o mesmo não foi enviado ao Tribunal Administrativo. As restantes realizações, levadas a cabo na área das obras públicas, não tiveram nenhum contrato celebrado, alegadamente porque se tratava de obras de emergência, realizadas nas vésperas da visita presidencial, o que, de certa forma, viola o plasmado no Decreto 15/2010, de 24 de Maio que regula a contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado. O Governo Distrital enviou a Conta de Gerência do exercício de 2011 no dia 27 de Março de 2012.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

*CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY*

Boa Governação-Transparência

Integridade

*Good Governance-Transparency-Integrity*

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: [cip@cip.org.mz](mailto:cip@cip.org.mz)

[www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)

Maputo-Moçambique



LIGA MOÇAMBICANA DOS DIREITOS HUMANOS

Rua Acordos de Incomate, Bairro 10

Fax: + 258 28 225012

Celular: +258 84 814 9920

Gaza - Moçambique



**FICHA TÉCNICA:**

**Título:** Rastreado a despesa de 2011 - Mabalane

**Série:** 7/15

**Autores:** CIP E Liga Moçambicana dos Direitos Humanos

**Revisão Linguística:** Machado da Graça

**Design e Layout:** éDesign

Maputo, Abril de 2012